



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

| Câmara de Vereadores | |
|----------------------|---------|
| Fl. 16 | Rubrica |

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER AOS PROJETOS DE LEIS Nº 50, 51, 52, 53, 56 e 57/2021

Data: 14/06/2021 - Página 1 de 1

Matéria/ Ementa:

Projeto de Lei nº 50, 51, 52, 53, 56 e 57/2020 que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Relatório:

Busca o Poder Executivo, através das proposições, autorização para realizar contratações temporárias, de excepcional interesse público, conforme quadro a seguir:

| Quantidade | Categoria funcional | Padrão/Nível | Vencimento Mensal | Carga horária semanal |
|------------|---------------------------------|--------------|-------------------|-----------------------|
| Até 04 | Monitores de transporte Escolar | 4 | R\$ 1.393,11 | 40h |
| Até 01 | Merendeira | 2 | R\$ 1.327,81 | 40h |
| Até 05 | Visitador | - | R\$ 1.589,02 | 40h |
| Até 01 | Nutricionista | 13 | R\$ 4.614,69 | 40h |
| Até 02 | Médico Clínico | 16-A | R\$ 16.354,57 | 40h |
| Até 02 | Atendentes de Farmácia | 8 | R\$ 1.842,97 | 40h |

Fundamentação:

A iniciativa do Projeto de Lei encontra-se atendida eis que, a Constituição Federal, no artigo 30, inciso I, estabelece a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local. E no art. 61, § 1º, inciso II, reserva privativamente ao Chefe do Executivo a iniciativa de Leis para a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.

Outrossim, o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, diz que *a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público*.

No mesmo sentido, o art. 10, incisos I e XXXVI, da Lei Orgânica Municipal, estabelecem, respectivamente, que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e formalizar as contratações para a administração pública municipal.

Verifica-se, também, que há em todas as proposições citadas o impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o Parecer Jurídico nº 42/2021 da Assessoria Jurídica Municipal.

Opinião:

Em conclusão, considerando todo o exposto, opina-se pela viabilidade dos Projetos de Leis.


Ver. Daniel Morandi
Relator

Voto da Presidente: Aprova o Parecer

Voto do Revisor: Aprova o Parecer


Ver.ª Morgana de Fátima Tecchio
Presidente


Ver. Francisco Bernardo Mezzomo
Revisor